

RELATÓRIO – 2º SEMESTRE DE 2016
PATC (PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA)

Exmo. Sr. Corregedor-Geral do Ministério Público,

Em atenção ao disposto no artigo 5º, inciso I, alínea c do ATO CONJUNTO PGJ/CGMP nº 001/2015, apresentamos a Vossa Excelência o relatório semestral do PATC – Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva.

O Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, instituído em março de 2015, por ato Conjunto do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público, tem como objetivos normalizar o acervo dos procedimentos extrajudiciais (em atraso) das Promotorias de Justiça com atribuição na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, além de possibilitar aos Promotores de Justiça Substituto um primeiro contato com a matéria.

No 2º Semestre de 2016 foram finalizados os atendimentos da Promotoria de Justiça de Colmeia e da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína.

Os esforços empreendidos pela equipe da Corregedoria-Geral, em parceria com os Promotores de Justiça Substitutos, possibilitaram a análise e impulsionamento de 380 (trezentos e oitenta) procedimentos extrajudiciais, que já foram encaminhados à origem para o cumprimento das diligências determinadas.

Segue discriminação detalhada dos trabalhos realizados no 2º Semestre de 2016 nas duas Promotorias de Justiça:

6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO

O Promotor de Justiça Ricardo Alves Peres, que respondia pela unidade de execução à época, encaminhou à Corregedoria-Geral, em 15 de março de 2016, solicitação de inclusão da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO no Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva.

Na oportunidade, o pedido foi deferido e determinada a remessa inicial de 120 (cento e vinte) notícias de fato, dentre as mais antigas que estavam em tramitação.

Posteriormente, no mês de julho, diante do elevado número de feitos em trâmite naquela Promotoria de Justiça, determinou-se o encaminhamento de mais 120 (cento e vinte) notícias de fato.

A análise foi finalizada em novembro e a tabela abaixo retrata as providências adotadas em relação aos procedimentos impulsionados:

PROVIDÊNCIAS	CGMP	PROMOTORES SUBSTITUTOS	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES
Arquivamento	23	61	84
Despacho	12	19	31
Declínio de Atribuições	13	7	20
Inquérito Civil	34	92	126
Ação Civil	0	3	3
Procedimento Preparatório	0	8	8
Procedimento Administrativo	0	1	1
Ação Penal	0	1	1
TOTAL			274

Promotoria de Justiça de Colmeia-TO

O Promotor de Justiça Guilherme Cintra Deleuse solicitou, em 13 de julho de 2015, a inclusão da unidade no Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva. À época, em razão do auxílio em outros órgãos, não foi possível atender o solicitado.

O pedido de auxílio foi deferido em 14 de janeiro de 2016, quando então foram encaminhados à Corregedoria-Geral 75 (setenta e cinco) procedimentos extrajudiciais.

Além disso, após inspeção realizada na unidade no dia 07 de abril de 2016, determinou-se a remessa de mais 39 (trinta e nove) notícias de fato, todas atinentes a acórdãos e pareceres prévios do TCE/TO que, paralisados há longos anos, demandavam análise e providências.

Os trabalhos de auxílio à Promotoria de Justiça de Colmeia-TO foram finalizados no mês de novembro de 2016 e redundaram nas providências ilustradas na tabela abaixo:

PROVIDÊNCIAS	CGMP	PROMOTORES SUBSTITUTOS	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES
Arquivamento	10	20	30
Despacho	12	23	35
Declínio de Atribuições	1	3	4
Inquérito Civil	4	25	29
Ação Civil	0	4	4
Procedimento Preparatório	3	0	3
Procedimento de Investigação Criminal	0	1	1
Ação Penal	0	3	3
TOTAL			109



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

CORREGEDORIA-GERAL

Dentre as medidas adotadas, vale destacar o ajuizamento de 03 (três) ações civis públicas (improbidade administrativa e ressarcimento ao erário), que resultaram em ordens judiciais de indisponibilidade de bens de ex-gestores, atingindo a cifra de quase 05 (cinco) milhões de reais, a saber: **a) e-Proc nº 0001085-44.2016.827.2714**, referente ação¹ ajuizada em face Raimundo da Silva Parente (ex-Prefeito de Goianorte-TO) e outros, ensejando decreto judicial de indisponibilidade em valor superior a 04 (quatro) milhões de reais; **b) e-Proc nº 0001466-52.2016.827.2714**, referente ação² ajuizada em face de Guaspar Luiz de Oliveira (ex-Prefeito de Pequizeiro-TO), ensejando decreto judicial de indisponibilidade de cerca de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); **c) e-Proc nº 0001711-63.2016.827.2714**, referente ação³ ajuizada em face de Antônio Sousa Parente (ex-Prefeito de Goianorte-TO), ensejando ordem de indisponibilidade no montante de quase R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Próximas unidades a serem atendidas

A Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins-TO e a 28ª Promotoria de Justiça da Capital são as próximas unidades a serem atendidas pelo projeto, cujos trabalhos se iniciarão em janeiro de 2017.

Levantamento geral dos procedimentos impulsionados

Até o momento, foram impulsionados pelo Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva 1.091 procedimentos extrajudiciais – período de junho de 2015 a dezembro de 2016 –, o que equivale a mais de 17% (dezessete por cento) dos procedimentos em andamento em todo o Estado do Tocantins⁴.

¹ De autoria da Promotora de Justiça Substituta Priscila Karla Stival Ferreira

² De autoria da Promotora de Justiça Substituta Ruth Araújo Viana

³ De autoria da Promotora de Justiça Substituta Juliana da Hora Almeida

⁴ De acordo com levantamento feito pela Corregedoria-Geral, estão em andamento nas Promotorias de Justiça do Estado 6.348 procedimentos extrajudiciais – dados coletados durante as inspeções e correções realizadas nos anos de 2015 e 2016.

A tabela abaixo ilustra o tipo e a quantidade de manifestação:

TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	
Arquivamento	345
Despacho	229
Declínio de Atribuições	81
Inquérito Civil	381
Ação Civil	14
Procedimento de Investigação Criminal	4
Procedimento Preparatório	29
Procedimento Administrativo	2
Ação Penal	6
TOTAL GERAL	1091

CONCLUSÃO

Essas são, em suma, as atividades desenvolvidas pelo Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva no **período de julho a dezembro de 2016**.

É o relatório que submetemos à apreciação do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Palmas, 13 de dezembro de 2016.

Pedro Evandro de Vicente Rufato

Promotor de Justiça Corregedor
Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva

Octahydes Ballan Junior

Promotor de Justiça Corregedor
Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva